

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ISABELLE MARTINS DE LIMA

A EVOLUÇÃO DOS MODELOS DE ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL

CURITIBA

2021

ISABELLE MARTINS DE LIMA

## A EVOLUÇÃO DOS MODELOS DE ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

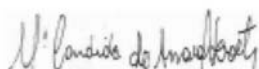
Orientadora: Prof. Dra. Maria Cândida Pires Vieira do Amaral Kroetz

CURITIBA

2021

Isabelle Lima

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



---

Maria Cândida Pires Vieira do Amaral Kroetz  
Orientador

---

Coorientador



---

Marília Pedroso Xavier  
1º Membro



---

Vicente de Paula Ataíde Junior  
2º Membro

## **RESUMO**

O presente artigo trata da análise das cinco ondas de acesso à justiça. A primeira onda visa ao acesso do judiciário por pessoas hipossuficientes, enquanto a segunda objetiva o acesso através da proteção de direitos coletivos e difusos. A terceira onda surge para proporcionar uma concepção mais ampla de acesso à justiça, através de mudanças nos procedimentos e estrutura do processo. A quarta onda é voltada a discussões acerca da responsabilização das instituições profissionais e das faculdades de Direito. Por fim, a quinta onda é dividida em saída da justiça dos conflitos judicializados e em oferta de métodos ou meios adequados de justiça, dentro ou fora do Estado. A partir do último aspecto, parte-se da ideia de acesso à justiça como acesso à solução adequada. Assim, a implementação dos métodos consensuais importa na mudança de paradigma, o da busca pela solução efetiva e a tempo razoável, objetivando a pacificação social.

Palavras-chave: 1. Acesso à justiça 2. Judiciário 3. Procedimentos 4. Solução de Conflitos 5. Meios adequados

## **ABSTRACT**

This article intends to analyse the five waves of access to justice. The first wave aims the access to the judiciary by low-income people, while the second one aims the access of it through the protection of collective and diffuse rights. The third wave appears to provide a broader conception of access to justice, through changes in the procedures, and structure of the process. The fourth wave is aimed at discussions about the accountability of professional institutions and law schools. Lastly, the fifth wave is divided between exit of the conflicts judicialized from justice, and offering appropriate methods or means of justice, inside or outside the State procedures. As of the last aspect, the idea of access to justice is based on access to the appropriate resolution. Therefore, the implementation of consensual methods implies a paradigm shift, the search for an effective and timely solution, aiming at social pacification.

Keywords: 1. Access to justice 2. Judiciary 3. Procedures 4. Conflict Resolution 5. Suitable means

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>                                | <b>7</b>  |
| <b>2 ONDAS DE ACESSO À JUSTIÇA</b>                 | <b>8</b>  |
| <b>3 A ONDA DE SAÍDA DA JUSTIÇA</b>                | <b>14</b> |
| 3.1 OS JUIZADOS ESPECIAIS                          | 17        |
| <b>4 MÉTODOS CONSENSUAIS E SISTEMA MULTIPORTAS</b> | <b>19</b> |
| 4.1 O MODELO MULTIPORTAS                           | 21        |
| 4.2 OS MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS   | 23        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                      | <b>27</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                                 | <b>29</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da análise de movimentos que ocorreram no Brasil voltados ao acesso à justiça, por meio dos diferentes entendimentos do termo. A análise é feita notadamente a partir da teoria de Cappelletti, que trata das três primeiras ondas de acesso à justiça, e de Bacellar, que relata a existência, além das três ondas identificadas por Cappelletti, de outras duas ondas, sendo a quarta onda voltada à responsabilização das instituições profissionais e das faculdades de Direito. No tocante à quinta onda, verifica-se que ela é dividida em saída da justiça dos conflitos judicializados e em oferta de métodos ou meios adequados de justiça, dentro ou fora do Estado.

A partir da análise das movimentações que ocorreram da década de 1960 em diante, observa-se no Brasil, inicialmente, a preocupação com o acesso formal à justiça. Em um momento posterior, visto que nos últimos anos o modelo tradicional - adversarial - do processo judicial não tem conseguido atender satisfatoriamente a composição de todos os conflitos, verifica-se que a preocupação com o acesso à justiça passa a ser relacionada à qualidade da prestação jurisdicional, bem como em dar vazão ao número exagerado de demandas ajuizadas.

Ao longo da minha trajetória na graduação, tive a oportunidade de estagiar no Núcleo de Conciliação das Varas de Família e Sucessões de Curitiba/PR, tendo contato direto com advogados e partes envolvidas nos processos de Direito de Família.

Com essa experiência, percebi que a obrigatoriedade de submissão a meios consensuais e as motivações do seu prestígio no âmbito do Poder Judiciário foram por diversas vezes questionadas. Dentre os questionamentos, observei que havia descrença na real necessidade daquela oportunidade de diálogo entre os envolvidos no processo, considerando o tempo despendido naquele momento.

É pertinente destacar que esses meios foram implementados frente a chamada “crise do sistema judicial brasileiro”, em função da alta litigiosidade e sua incapacidade de atender aos jurisdicionados. Essa crise foi agravada em nossa sociedade por múltiplos fatores, dentre eles o crescimento dos centros urbanos, com expansões tecnológicas, mercantis e culturais, maior acesso à informação, que levou ao conhecimento de possíveis transgressões, e, ainda, a facilitação do acesso

ao Poder Judiciário pela população, a partir de demandas que anteriormente não eram levadas ao Juízo.

Assim, em virtude das denominadas “práticas demandistas”, essa crise resulta na insuficiência da prestação jurisdicional adequada, sendo reducionista conferir apenas uma única causa como a raiz da litigiosidade exacerbada. É preciso levar em conta as motivações e origens variadas.

É importante também que a chamada “cultura demandista”, seja tratada como expressão cultural dentro de um determinado período histórico. Esta demarcação se faz necessária por se tratar de um conceito que é capaz de gerar repetições, podendo ser visto como natural nos procedimentos que extinguem as contendas individuais ou de massa.

Embora os elementos quantitativo e qualitativo da implementação dos métodos consensuais dentro do processo civil sejam incentivadores<sup>1</sup>, ainda se nota certa resistência na prática por parte dos operadores do Direito.

Desse modo, o objetivo do presente trabalho é, através da metodologia hipotético-dedutiva, discorrer sobre as ondas de acesso à justiça e a evolução acerca das concepções do termo, que não mais é concebido como mero acesso à jurisdição, mas acesso a uma resposta adequada para o conflito em questão, e como sua implementação objetiva a concretização material de justiça e a pacificação entre as partes, a fim de elucidar um dos motivos da explosão de litigiosidade no Brasil, assim como clarificar a pretendida mudança paradigmática.

## **2 ONDAS DE ACESSO À JUSTIÇA**

Segundo Cappelletti e Garth, o conceito de acesso à justiça tem sofrido uma transformação importante, correspondente a uma mudança no estudo e ensino do processo civil. Estes posicionamentos acerca do tema, para eles, são divididos em três ondas básicas, que surgiram com o recente despertar em torno da questão, nos países ocidentais, a partir de 1965.

A primeira onda corresponde a esforços a fim de proporcionar serviços jurídicos para os hipossuficientes. Ela surgiu a partir da ideia de que o auxílio dos

---

<sup>1</sup> BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Relatório Analítico Propositivo: Justiça Pesquisa - Mediação e Conciliação Avaliadas Empiricamente. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/d0da6f63aa19de6908bd154f59254b93.pdf>>, p.131



advogados na maioria das sociedades modernas é essencial, senão indispensável para ajuizar uma causa, sendo os métodos destinados a conceder a assistência judiciária aos que não podem custeá-la de extrema necessidade<sup>2</sup>.

Cappelletti se refere à primeira onda como ações com o intuito de superar o obstáculo econômico, que dificulta e limita o acesso ao Poder Judiciário, visto que pessoas, em função de sua situação econômica, não têm acesso à informação e à representação adequada, o que faz com que muitos direitos sejam meramente aparentes<sup>3</sup>.

No Brasil, Luchiari aponta que o acesso à justiça no âmbito da primeira onda tem sido facilitado a partir da disponibilização, pelo Estado, de advogados aos economicamente necessitados, através da Defensoria Pública e da Assistência Judiciária Gratuita<sup>4</sup>.

Esse princípio se expressa em três elementos, quais sejam o direito à informação, para o cidadão ter consciência de seus direitos e da forma de exercê-los; a adequação do legitimado escolhido para propor as demandas cabíveis, além de seu desempenho satisfatório em juízo; e a estipulação dos custos financeiros do processo em patamar que não dificulte ou iniba o acesso à justiça<sup>5</sup>.

A segunda onda de acesso à justiça, elencada por Cappelletti e Garth, corresponde ao esforço de melhoria na representação dos interesses difusos, isto é, os interesses coletivos ou grupais. Esta onda forçou a reflexão sobre noções tradicionais básicas do processo civil e sobre o papel dos tribunais.

Nesse sentido, a concepção tradicional do processo civil não deixava espaço para a proteção dos direitos difusos, sendo ele visto como um assunto entre duas partes, que se destinava à solução de uma controvérsia relativa aos seus próprios interesses individuais<sup>6</sup>.

---

<sup>2</sup> CAPPELLETTI, Mauro, GARTH, Bryant. Acesso à Justiça, Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988, p. 32.

<sup>3</sup> CAPPELLETTI, Mauro. Os métodos alternativos de solução de conflitos no quadro do movimento universal de acesso à justiça. Revista de Processo, n. 74, abr-jun./1994, p. 84.

<sup>4</sup> LUCHIARI. Valeria Ferioli Lagrasta. Mediação judicial: análise da realidade brasileira, origem e evolução até a Resolução n. 125, do Conselho Nacional de Justiça, 2012, p. 60-61.

<sup>5</sup> PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. Manual de Mediação e Arbitragem. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p. 58.

<sup>6</sup> CAPPELLETTI e GARTH, 1988, p. 49-50.

Cappelletti afirma que, para direitos sociais, que acarretam ou tendem a acarretar benefícios para amplas categorias de pessoas fracas ou anteriormente discriminadas, o indivíduo isolado é em regra incapaz de reivindicar efetivamente os direitos em causa. Em se tratando de direitos coletivos ou difusos, a única proteção efetiva é a que reflita o caráter “coletivo” ou de “classe” do direito.

Assim, o indivíduo isolado carece de motivação, informação e poder para iniciar o processo contra o produtor ou poluidor, por exemplo, que detém mais poder. E ainda que isso ocorresse, o resultado seria inadequado para desencorajar o transgressor de permanecer realizando as atividades danosas. Ou seja, o dano correspondente ao litigante individual se trata de um insignificante fragmento do dano em questão. Cappelletti classifica esta situação como “pobreza organizacional”<sup>7</sup>.

Essa onda surge, então, a partir de mecanismos aptos a proporcionar a tutela efetiva a interesses coletivos e/ou difusos. Ela parte do pressuposto de que o conceito de pobreza não se restringe ao indivíduo economicamente carente, mas também abrange grupos e categorias<sup>8</sup>.

Mecanismos como a instituição de instrumentos constitucionais e legislação específica para proteção de interesses coletivos e difusos, como o Código de Defesa do Consumidor, Lei da Ação Civil Pública e Lei da Ação Popular e o Estatuto da Criança e do Adolescente, são mencionados por Luchiari como ações no Brasil em resposta a essa onda<sup>9</sup>.

Verifica-se, desse modo, que as reformas advindas das duas primeiras ondas foram essenciais para proporcionar um acesso à justiça significativo. Elas levaram o alcance da proteção judicial para interesses que por muito tempo foram negligenciados.

Os programas de assistência judiciária, além de disponibilizarem advogados para muitos que, de outra forma, não poderiam custear seus serviços, ainda promovem a conscientização das pessoas acerca de seus direitos. Nota-se, a partir disso, que cada vez mais houve a reivindicação dos novos direitos sociais, no sentido da reivindicação dos direitos, tradicionais e novos, tanto dos menos privilegiados, como de consumidores, preservacionais e público em geral.

---

<sup>7</sup> CAPPELLETTI, 1994, p. 84-85.

<sup>8</sup> LUCHIARI, 2012, p. 57.

<sup>9</sup> LUCHIARI, *ibid.*, p. 61.

Contudo, em que pese as reformas terem proporcionado avanços importantes no acesso à justiça, é necessário também reconhecermos os seus limites, já que sua preocupação é focada na representação efetiva para interesses antes não representados ou mal representados.

Assim, as duas primeiras ondas estão centradas na representação legal, bem como em fazer efetivos os direitos de indivíduos e grupos que, por muito tempo, se encontraram privados de uma justiça igualitária<sup>10</sup>.

A partir dos movimentos de acesso à justiça, é possível constatar que o aumento da litigância tem como pano de fundo a expansão do acesso ao poder judiciário. Com a facilitação do acesso ao judiciário a pessoas hipossuficientes e também a possibilidade de se litigar acerca de questões difusas, houve, conseqüentemente, um acréscimo no número de demandas.

Ainda que esse acréscimo seja formidável, do ponto de vista da igualdade como princípio constitucional, ele também requer adequações no próprio sistema, para que ele seja capaz de atender satisfatoriamente às demandas levadas a ele. Isto é, não basta as pessoas terem acesso formal ao poder judiciário, se não existe garantia de que a prestação jurisdicional será adequadamente efetuada, com fluidez e celeridade.

A terceira onda surge, desse modo, com um enfoque mais amplo: ele vai além da advocacia judicial ou extrajudicial, seja por meio de advogados particulares ou públicos. O foco é, de acordo com Cappelletti e Garth, no conjunto geral de instituições e mecanismos, pessoas e procedimentos utilizados para processar e prevenir disputas nas sociedades modernas. Aduzem também que a enorme demanda latente por métodos com a finalidade de tornar os novos direitos efetivos forçou uma reflexão acerca do sistema judiciário<sup>11</sup>.

Azevedo aclara que a escola processual brasileira classifica esta onda em duas vertentes. A primeira denominada “deformalização do próprio processo”, a partir da utilização da técnica processual de forma mais simples, rápida e econômica para solucionar de maneira eficaz determinados conflitos. A outra vertente é chamada de “deformalização de controvérsias”, que busca vias alternativas ao processo, como equivalentes jurisdicionais, a fim de auxiliar e evitar o processo

---

<sup>10</sup> CAPPELLETTI e GARTH, 1988, p. 67-68.

<sup>11</sup> CAPPELLETTI e GARTH, *ibid.*, p. 67.

tradicional. Portanto, utiliza de algumas das alternativas disponíveis de melhoria do sistema jurídico<sup>12</sup>.

Cappelletti e Garth elencam que esse enfoque encoraja uma ampla variedade de reformas, através de mudanças nos procedimentos, estrutura e criação dos novos tribunais, uso de pessoas leigas ou paraprofissionais, como juízes e defensores, modificações no direito substantivo, a fim de evitar litígios ou facilitar sua solução, e, ainda, a utilização de mecanismos privados ou informais para solução de litígios. Nesta onda, percebe-se, ademais, a preocupação acerca da necessidade de se correlacionar e adaptar o processo civil ao tipo de litígio<sup>13</sup>.

Essa última onda, que se caracteriza por uma concepção mais ampla de acesso à justiça, englobando os meios alternativos de solução de conflitos, ainda não produziu no Brasil impactos em toda a sua intensidade, segundo Luchiari<sup>14</sup>.

Cappelletti destaca que, embora a ideia de conciliação, arbitragem e mediação tenha sido sempre importante em matéria de solução de conflitos, há um novo elemento que fez com que as sociedades modernas descobrissem novas razões para, cada vez mais, preferirem estas alternativas.

Essas razões, segundo ele, incorporam a própria essência do movimento de acesso à justiça, isto é, o fato de que o processo judicial deve ser acessível, ao menos teoricamente, a toda a população. O preço do acesso à justiça é o preço da própria democracia<sup>15</sup>.

Warat se posiciona, quanto à cultura jurídica, como sendo prisioneira das formas mais perversas do pensamento fragmentado. Ou seja, não se conhece os autores do conflito, mas sim os fragmentos dos conflitos normativos, sem nunca alcançar uma compreensão de sua totalidade<sup>16</sup>. Ele traz a ideia de humanização do Direito e conjectura uma nova concepção dos Direitos Humanos, da cidadania e da Educação, pensada no interior dos consensos produzidos desde os “devires de transnacionalização cultural”, que nada mais são do que produto de diálogos que

---

<sup>12</sup> AZEVEDO, André Gomma de. Novos desafios de acesso à justiça: novas perspectivas decorrentes de novos processos de resolução de disputas. In: SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da (org.). *Mediação de Conflitos*. São Paulo: Atlas, 2013, p. 5.

<sup>13</sup> CAPPELLETTI e GARTH, op. cit., p. 71.

<sup>14</sup> LUCHIARI, 2012, p. 57.

<sup>15</sup> CAPPELLETTI, 1988, p. 74.

<sup>16</sup> WARAT, Luis Alberto. *Educação, direitos humanos, cidadania e exclusão social: Fundamentos preliminares para uma tentativa de refundação*, 2003. Disponível em: <[http://dhnet.org.br/educar/textos/warat\\_edh\\_educacao\\_direitos\\_humanos.pdf](http://dhnet.org.br/educar/textos/warat_edh_educacao_direitos_humanos.pdf)> Acesso em 18 de março de 2021, p. 20.

acordam denominadores comuns, não deixando de lado o espírito profundamente sensível às diferenças<sup>17</sup>. Assim:

Falar, então, de uma ordem simbólico-democrática pressupõe a aceitação de um espaço público de discussão, de questionamento, de luta, de negociação e de diálogo. Trata-se de relações entre sujeitos autônomos que se reconhecem reciprocamente como diferentes, e que podem encontrar um campo de significações identificatórias a partir de um mútuo respeito de suas diferenças. Um imaginário democrático não pode excluir, castigar ou culpar a nenhum homem porque senta ou se comporta de um modo diferente, porque atua de forma discordante com as pautas unificadas pela instituição social<sup>18</sup>.

O elemento democrático, a partir da análise de Ceni e Martins, deve transparecer a partir da ideia de que o Estado Democrático deve promover políticas que permitam a participação democrática, já que este exerce um importante papel na garantia de diversos direitos fundamentais, incluindo o acesso à justiça. Assim, ele deve possibilitar meios para que a convivência social se desenvolva, respeitando todas as diferenças existentes<sup>19</sup>.

Nesse sentido, não se pode dizer que o Direito cumpriu efetivamente seu papel de promoção da paz social, buscando soluções para conflitos subjacentes e equilibrando as relações sociais, se não há certeza do jurisdicionado de que, ao ingressar com a demanda, ele terá uma resposta que atenda às necessidades do caso em questão, com qualidade na prestação do serviço.

Bacellar acrescenta, ainda, outras duas ondas de acesso à justiça. A quarta onda, voltada aos operadores do direito, com a pretensão de expor as dimensões éticas dos profissionais que se dedicam em viabilizar o acesso à justiça, indicando importantes e novos desafios tanto para a responsabilidade profissional, quanto para o ensino jurídico<sup>20</sup>.

---

<sup>17</sup> WARAT, *ibid.*, p. 30.

<sup>18</sup> WARAT. A fantasia jurídica da igualdade: Democracia e direitos humanos numa pragmática da singularidade. *Revista UFSC*, v. 13, n.º 24, p. 36-54, set/1992. Disponível em: <<https://antigo.periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/16138/14691>> Acesso em 18 de março de 2021, p. 43.

<sup>19</sup> CENI, Caroline Isabela Capelesso. MARTINS, Janete Rosa. Mediação em Luis Alberto Warat: Humanização dos Conflitos no Estado Democrático de Direito. *Scientia Iuris*, Londrina, v.23, n.3, p. 146-161, nov. 2019, p. 149-151.

<sup>20</sup> BACELLAR, Roberto Portugal. *Mediação e arbitragem*, 2019, p. 25.

Essa quarta onda, proposta por Kim Economides<sup>21</sup>, propõe discussões acerca da responsabilização das instituições profissionais e faculdade de Direito para redefinir padrões de formação, a fim de equipar juristas para compreenderem as necessidades do público, comunicando algo do valor e do potencial da lei em termos de poder de transformação das relações e melhoria da condição humana.

Essa reestruturação pode ser vista na Resolução CNE/CES nº 05, de 17 de dezembro de 2018, a qual ainda incluiu as Formas Consensuais de Solução de Conflitos como conteúdo essencial da formação técnico-jurídica do profissional de Direito:

Art. 3º: o curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania<sup>22</sup>.

Por fim, no Brasil da pós-modernidade, a partir do grande número de processos existentes e do surpreendente índice de congestionamento do judiciário, surge o que Bacellar classifica como quinta onda de acesso à justiça, a qual será tratada nos capítulos seguintes<sup>23</sup>.

### **3 A ONDA DE SAÍDA DA JUSTIÇA**

Bacellar divide a quinta onda de acesso à justiça em dois aspectos. O primeiro diz respeito à saída da justiça, quanto aos conflitos judicializados, e o segundo se trata da oferta de métodos ou meios adequados à resolução de

---

<sup>21</sup> ORSINI, Adriana Goulart Sena; COSTA, Anelice Teixeira. Educação para o acesso à justiça: a transformação dos paradigmas de solução de conflitos. Revista da Faculdade de Direito da Ufmg, Belo Horizonte, n. 69, p. 23-43, jul/dez 2016.

<sup>22</sup> BRASIL. Resolução nº 05 de 17/12/2018. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. MEC, CNE e Câmara de Educação Superior: Brasília, DF, 2018.

<sup>23</sup> BACELLAR, 2012, p. 25.

conflitos, dentro ou fora do Estado, no contexto do acesso à justiça como acesso à resolução adequada do conflito<sup>24</sup>.

A partir das diretrizes do CNJ, com vistas ao aperfeiçoamento dos serviços judiciários, bem como buscando se propiciar a saída (julgamento) dos casos antigos sem solução, os tribunais brasileiros também projetaram metas específicas para os novos casos.

Assim, é uma necessidade que se faz presente, diante do grande volume de casos que já ingressaram no Poder Judiciário, e que ainda não tiveram solução adequada, planejar a saída da justiça no Brasil.

Logo, para este autor, a quinta onda tem como desafios eliminar o estoque de casos antigos e ampliar e manter um leque de opções a serem colocadas à disposição dos cidadãos, isto é, um sistema de múltiplas portas, que oferece solução de conflitos na forma alternativa adequada<sup>25</sup>.

Nesse contexto, para possibilitar a saída dos processos já judicializados, é possível a utilização tanto de métodos adversariais, quanto de métodos consensuais.

O modelo adversarial de processo se trata do modelo tradicionalmente utilizado pelo Brasil. A solução da demanda ocorre mediante um modelo conflitual, marcado pela oposição de interesses entre indivíduos iguais em direitos, posicionando-se de forma contraposta, disputando posições de vantagens, sendo um terceiro chamado a decidir imperativamente, este sendo estranho à relação jurídica.

O que se nota nos últimos anos é a jurisdição ocupando o monopólio estatal na distribuição de justiça, sendo utilizado praticamente como o único meio de solução das contendas entre os indivíduos, para satisfação de seus direitos.

Para Chiovenda, o objetivo do processo não seria a composição do conflito entre as partes, mas sim a atuação da vontade da lei. Nesse modelo, embora resolvido na via judicial, o impasse entre as partes pode não cessar efetivamente. Desse modo, a cessação, quando é atingida, não ocorre porque houve a composição das partes, e sim porque a coisa julgada minimiza a importância da

---

<sup>24</sup> BACELLAR, *ibid.*, p. 25.

<sup>25</sup> BACELLAR, 2012, p. 27.

contradição e em virtude de os atos executivos disponíveis ao vencedor não são satisfatórios para o credor<sup>26</sup>.

Para Bacellar, em menor ou maior grau, o Poder Judiciário como um todo conta com problemas históricos, que têm sido agravados com o decurso do tempo em relação ao acesso à justiça. O que se verifica é o aumento da população e de casos ajuizados, sem que os tribunais consigam atenuar ou resolver, fenômeno chamado de crise da justiça ou crise do Poder Judiciário<sup>27</sup>.

Tartuce expõe, ainda, que a prestação da tutela jurisdicional tem encontrado grandes obstáculos, relacionados à crise do sistema judiciário de administração e distribuição de justiça. Dentre eles, problemas na gestão administrativa de aparatos judiciários complexos, a existência de uma demanda reprimida, que não encontra meios de fazer uso do sistema jurisdicional, bem como se verifica litigâncias estimuladas por quem se vale do uso da jurisdição para obter vantagens.

Além disso, aduz que as dificuldades enfrentadas também podem acarretar problemas em relação à qualidade do serviço judiciário e das decisões proferidas, já que o imenso volume de causas exige uma organização complexa e eficiente nas repartições judiciais, e a falta de estrutura pública pode provocar complicações na observância do direito das partes<sup>28</sup>.

A característica da conflituosidade é gerar um sistema “ganha-perde” em que a resposta final será definida por um terceiro estranho à relação jurídica, já que a lógica do tratamento dos conflitos pela via jurisdicional é a de que, ao final, são definidos os vencedores e os vencidos.

Nesse tocante, considerando as novas concepções de acesso à justiça, dispõe Vezzulla:

A cultura divulgada de que somente uma sentença judicial tem o poder de ministrar justiça e que somente pode-se obtê-la nos tribunais leva muitos cidadãos a optar entre renunciar à luta pelos seus direitos ou a investir tempo e dinheiro num procedimento no qual raramente têm a possibilidade de se expressar e de serem ouvidos<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> TARTUCE, Fernanda. *Mediação nos conflitos civis*, 4. ed, São Paulo: Gen Método, 2018, p. 100.

<sup>27</sup> BACELLAR, 2012, p. 29.

<sup>28</sup> TARTUCE, 2018, p. 163.

<sup>29</sup> VEZZULA, Juan Carlos. A mediação para uma análise da abordagem dos conflitos à luz dos direitos humanos, o acesso à justiça e o respeito à dignidade humana. In: SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da (org.). *Mediação de Conflitos*. São Paulo: Atlas, 2013, p. 88.



Ainda nesse sentido, Marinoni discorre que a concretização da norma processual deve tomar em conta as necessidades de direito material reveladas no caso, sendo que sua instituição decorre do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva.<sup>30</sup>

Desse modo, o que se nota é que a própria lentidão do sistema, causada por fatores de falta de estrutura adequada e excesso de volume, dificultam o acesso à justiça formal, já que, ao jurisdicionado, nem sempre essa via compensa, do ponto de vista econômico, de tempo e qualidade da tutela.

Com a terceira onda de acesso à justiça, verifica-se que existe uma compreensão acerca das dificuldades enfrentadas pelo sistema, buscando-se modificações estruturais. Contudo, apenas a partir da década de 1980 é que o movimento das reformas processuais encontrou significativos avanços.

### 3.1 OS JUIZADOS ESPECIAIS

Nos anos de 1982 e 1983, associações de magistrados, com apoio dos Tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia, através de Conselhos de Conciliação e Arbitragem, passaram a experienciar os métodos extrajudiciais de composição dos litígios, o que, posteriormente, foi seguido por outros estados da Federação<sup>31</sup>.

Em 1984, foi reconhecido o sucesso dos Conselhos de Conciliação e Arbitragem experimentais, sendo promulgada a Lei de Pequenas Causas, a qual resultou em uma revolução no Direito Processual, através da ampliação do acesso ao Poder Judiciário e valorização da conciliação como meio de solução de conflitos<sup>32</sup>.

O Juizado de Pequenas Causas é pautado na informalidade, celeridade e oralidade, com grande ênfase na conciliação, sendo as pequenas causas consideradas em razão de seu valor econômico. A partir de sua criação, o Juizado

---

<sup>30</sup>MARINONI, Luiz Guilherme. A legitimidade da atuação do juiz a partir do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva. Revista de Doutrina da 4ª Região, Porto Alegre, n.15, novembro de 2006. Disponível em: <[https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao015/Luiz\\_Marinoni.htm](https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao015/Luiz_Marinoni.htm)>

<sup>31</sup> BACELLAR, 2012, p. 30.

<sup>32</sup> LUCHIARI, 2012, p. 67.

de Pequenas Causas foi implantado em diversos estados, atuando de forma célere e com custos reduzidos<sup>33</sup>.

Nesse microssistema foi encontrada uma alternativa, dentro do próprio ambiente oficial de solução de disputas, para a viabilização de acesso gratuito à justiça, por qualquer cidadão, sem a necessidade de advogado.

Abria-se a ideia inicial de necessidade de alternativas procedimentais ao sistema formal e tradicional de resolução de conflitos, dentro do ambiente do próprio Estado. Percebia-se, ainda, que o sistema tradicional não se mostrava adequado para determinadas causas, em função de suas custas e exigências formais burocráticas.

Até a implementação dos Juizados de Pequenas Causas, o acesso ao Poder Judiciário era percebido como apenas formal, sendo que o sistema ainda permanecia enclausurado e pouco receptivo aos reais interesses do jurisdicionado, não compreendendo o relacionamento com a sociedade<sup>34</sup>.

Além disso, com a promulgação da Constituição da República em 05 de outubro de 1988, verifica-se a previsão expressa, no art. 98 do referido diploma legal, da criação pelos Estados e pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, dos Juizados Especiais e da Justiça de Paz, esta última atrelada à atribuição ao juiz de paz a função conciliatória.

Alguns anos depois, os Juizados Especiais foram disciplinados pela Lei nº 9.099/1995, que apresentou uma série de mudanças. Assim, desde 1955 a execução da sentença proferida nos Juizados é sincrética (art. 52, IV) e a expropriação dos bens penhorados pode ser feita por iniciativa particular (art. 52, VII).

O modelo dos Juizados Especiais foi reproduzido para a Justiça Trabalhista, através da Lei 9.957/2000, para a Justiça Federal, Lei 10.259/2001 e juízo fazendário de Estados, Municípios e Distrito Federal, por meio da Lei 12.153/2009. Outrossim, nota-se que os Juizados Especiais ainda foram referenciados dentro do Código de Processo Civil de 2015, nos arts. 1.062 a 1.066, nas disposições finais, bem como no incidente de resolução de demandas repetitivas, no art. 985<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> ROCHA, Felipe Borring. Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais: teoria e prática; 10. ed. — São Paulo: Atlas, 2019, p. 1.

<sup>34</sup> BACELLAR, 2012, p. 32.

<sup>35</sup> ROCHA, 2019, p. 01.

Pinho e Mazzola sintetizam o fenômeno da desjudicialização como uma ferramenta de racionalização da prestação jurisdicional, a fim de ajustá-la ao cenário contemporâneo. Esse reajuste leva necessariamente à releitura, atualização ou redimensionamento da garantia constitucional, à luz dos princípios da efetividade e da adequação<sup>36</sup>.

Buscando dar vazão ao volume de litígios que afloram no país, há que se complementar a atividade jurisdicional típica. Uma ação integrada, estimulando métodos consensuais extrajudiciais e judiciais, deve ser pensada objetivando a paz. Bacellar entende que em situações nas quais tenham sido estimulados os métodos consensuais e, ainda assim, não for encontrada a pacificação, o Poder Judiciário deve atuar de forma complementar<sup>37</sup>.

Santos afirma que o direito tem por missão a de promover a paz social, possuindo a função ordenadora de interesses difusos, buscando a cooperação entre os indivíduos, de forma a harmonizar as relações sociais intersubjetivas, a fim de possibilitar a máxima realização de valores humanos, com o mínimo de sacrifício e desgaste<sup>38</sup>.

Bacellar destaca que a finalidade do direito e do próprio Poder Judiciário é a coordenação dos interesses privados e o alcance da paz, relacionado ao princípio da pacificação. Ainda, o autor afirma que o sistema judicial brasileiro contempla como órgão oficial para resolução de conflitos o Poder Judiciário, que abarca quase a integralidade dos conflitos.

Com a desjudicialização é possível dar o encaminhamento adequado às causas ajuizadas, sendo possível descongestionar o Poder Judiciário e evitar que o acesso à justiça, que possibilitou o acesso formal ao Poder Judiciário que anteriormente não era possível, não ser efetivamente realizado, diante do amplo acesso que foi conferido aos cidadãos<sup>39</sup>.

#### **4 MÉTODOS CONSENSUAIS E SISTEMA MULTIPORTAS**

---

<sup>36</sup> PINHO e MAZZOLA, 2019, p. 63.

<sup>37</sup> BACELLAR, 2012, p. 58 e 59.

<sup>38</sup> SANTOS, Marcos André Couto. O Direito como meio de pacificação social: em busca do equilíbrio das relações sociais. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 194, 16 jan. 2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/4732>> Acesso em 18 de fevereiro de 2021.

<sup>39</sup> BACELLAR, op. cit., p. 59-60.

Conforme aduzido anteriormente, o segundo aspecto da quinta onda de acesso à justiça se trata da utilização de métodos adequados, dentro ou fora do judiciário, para solução dos conflitos, partindo-se da ideia de acesso à justiça como acesso à solução adequada.

De início, a definição de lide consiste em “conflito de interesses qualificado por uma pretensão resistida”. Desse modo, faz-se a distinção do que é levado pelas partes ao conhecimento do Poder Judiciário - a lide - do que é de fato interesse das partes e integra a complexidade das relações, abarcando, assim, a complexidade do conflito. Ela indica, desse modo, apenas uma parcela do conflito, não o conflito em sua integralidade.

A partir desta afirmação, analisando somente os limites da lide processual, na maioria das vezes, o que se denota é que não há a satisfação dos verdadeiros interesses do jurisdicionado. Para Bacellar, não basta apenas resolver-se a lide processual, se os verdadeiros interesses que motivaram as partes a litigar não forem identificados<sup>40</sup>:

Em que pese esse seja o modelo tradicional de resolução de conflitos, durante as últimas décadas tem se observado uma expansão das aspirações pela participação democrática em todos os níveis sociais e políticos, bem como da crença de que as pessoas têm o direito de participar e controlar as decisões que afetam suas próprias vidas e as singularidades que lhe abrangem<sup>41</sup>.

O que se percebe é que a forma tradicional de solução de litígios por meio de tribunais e através de decisão de um juiz imparcial é considerada, hoje, incapaz de assegurar por si só, a paz jurídica, garantindo a concretização de alguns direitos e interesses das pessoas em tempo razoável. A ineficácia é perceptível diante da complexidade dos fatos sociais e a realidade a que estão inseridos, visto que os problemas envolvem também o tratamento de uma lide sociológica, que é envolvida por sentimentos<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> BACELLAR, 2012, p. 74.

<sup>41</sup> ARAUJO, A.C.. Métodos autocompositivos de resolução de conflitos familiares: A experiência do núcleo de conciliação das varas de família de Curitiba.

<sup>42</sup> FILHO, Humberto Lima de Lucena. A cultura da litigância e o poder judiciário: noções sobre as práticas demandistas a partir da justiça brasileira.

#### 4.1 O MODELO MULTIPORTAS

Desde a década de 1970, cada vez mais existe a tendência ao uso de técnicas alternativas de solução de conflitos, popularizadas como “Alternative Dispute Resolutions”, ou ADRs. Segundo Vasconcelos, tradicionalmente, métodos como negociação, mediação, conciliação, arbitragem, entre outros métodos menos praticados, eram designados como métodos ou meios de resolução alternativa de disputas. Eram também conhecidos como Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias (MASCs) ou Meios Extrajudiciais de Resolução de Controvérsias (MESCs), mas tendo em vista que passaram a ser meios aplicados ao lado da própria opção pelo judiciário, existe a tendência em designá-los como meios ou métodos de Resolução Adequada de Disputas (RAD)<sup>43</sup>.

A propensão à utilização dos métodos adequados teve início com a tendência de se permitir que conflitos de menor intensidade pudessem ser dimensionados fora do sistema tradicional<sup>44</sup>.

No entanto, para além de conflitos com maior simplicidade, Frank Sander, em 1976, já trazia a ideia de um Centro de Justiça Global, que possibilitaria o acesso a uma variedade de ADRs, com objetivo de se buscar qual a opção técnica mais adequada e que poderia reduzir a quantidade de demandas do sistema jurisdicional. Este modelo atualmente é chamado de “Tribunal Multiportas”.

A experiência com esse modelo no exterior mostrou que as negociações preliminares seriam convenientes nos mais variados tipos de litígio, bem como que o profissional a presidir a audiência não deveria ser o mesmo a realizar o julgamento do litígio.

Bacellar define as múltiplas portas de resolução de conflitos retratam a ampla oferta de meios, métodos, formas e mecanismos, sendo estes vinculantes ou não, que são colocados à disposição do cidadão a fim de promover um adequado encaminhamento do conflito para os canais disponíveis, cujo encaminhamento é realizado com estímulo do Estado<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> VASCONCELOS, *ibid.*, p. 58.

<sup>44</sup> NUNES, Dierle; SILVA, Natanael Lud Santos; JÚNIOR, Walsir Edson Rodrigues; OLIVEIRA, Moisés Mileib de. Novo CPC, Lei de Mediação e os Meios Integrados de Solução dos Conflitos Familiares Por um Modelo Multiportas. In: ZANETI JR, Hermes e CABRAL, Trícia Navarro Xavier (org.). Justiça Multiportas: mediação, conciliação, arbitragem e outros meios de solução adequada para conflitos. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 694.

<sup>45</sup> BACELLAR, 2012, p. 80.

Esses métodos, que de início já se mostram como proveitosos para garantir uma melhor efetividade da prestação jurisdicional, a partir da adequação ao caso em questão, além disso contribuem para o empoderamento e satisfação dos envolvidos:

(...) a administração cooperativa do conflito, inclusive no ambiente judicial, passa a ser a questão central, num processo em que o juiz e demais operadores da justiça contribuem para que as partes e os advogados dialoguem, no campo das suas contradições, contando com o apoio de mediadores, com vistas ao atendimento das reais necessidades a serem contempladas pela decisão, que deve ser, sempre que possível, consensuada<sup>46</sup>.

Parte-se da ideia de que as crises que ocorrem na sociedade não são idênticas e uniformes, não sendo possível que exista um único método apto a resolver tantos e tão diversos impasses que, antes mesmo de serem jurídicos, foram e continuam sendo sociais.

No Brasil, é possível notar que o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição da República contempla o direito ao acesso à justiça, cuja concepção atual, conforme exposto anteriormente, está além da possibilidade de ajuizar ação. Nesse novo sentido conferido, o verdadeiro acesso à justiça ocorre com a resolução do conflito de um modo satisfatório, dentro de um prazo razoável, cuja resolução pode ser alcançada de diferentes formas, não apenas com uma sentença judicial<sup>47</sup>.

Destarte, o Novo Código de Processo Civil buscou, dentro dos limites do legislativo, promover uma nova racionalidade para o tratamento dos litígios. Percebe-se, da leitura do art. 3º, do referido diploma legal, a tentativa de se estruturar um modelo multiportas, que adote a solução jurisdicional tradicional combinada a outros meios<sup>48</sup>. Nesse âmbito, os processos judiciais deverão priorizar, sempre que possível, a solução pacífica e consensual das controvérsias.

A partir destas premissas, foram criados os centros judiciários de solução de conflitos, os CEJUSCs, com profissionais capacitados para tal fim, além do uso de câmaras privadas de conciliação e mediação, se cadastradas e habilitadas perante os Tribunais de Justiça<sup>49</sup>.

---

<sup>46</sup> VASCONCELOS, 2018, p.79.

<sup>47</sup> ARAUJO, 2018.

<sup>48</sup> NUNES, SILVA, JÚNIOR e OLIVEIRA, 2016, p. 692.

<sup>49</sup> NUNES, SILVA, JÚNIOR e OLIVEIRA, *ibid.*, p. 695.

Com a publicação da Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça, a qual previu a política nacional de tratamento de conflitos de interesses, bem como com a posterior promulgação do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) e da Lei de Mediação (Lei 13.140/2015), ganharam força os outros métodos.

A resolução do CNJ definiu a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse, destinada a propiciar a redução do congestionamento dos tribunais; a redução da excessiva judicialização de conflitos, bem como excesso de recursos e cumprimentos de sentença; a oferta de outros mecanismos de pacificação social, solução e prevenção de litígios, como a conciliação e a mediação; o estímulo, apoio, difusão, sistematização e aprimoramento das práticas de resolução de conflitos já existentes nos tribunais; a uniformização dos serviços de conciliação e mediação e a disseminação da cultura de pacificação<sup>50</sup>.

#### 4.2 OS MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Os possíveis métodos adequados de solução de conflitos são integrados pela negociação, mediação, a conciliação, a avaliação técnica (neutra por terceiro), o aconselhamento, o ombudsman, a arbitragem, o “med-arb”, dentre outros. Para Bacellar, os meios extrajudiciais da negociação, mediação e arbitragem são os mais conhecidos e que mais se adequam à cultura brasileira e que podem se harmonizar ao sistema judicial<sup>51</sup>.

Já havia estímulo à realização da conciliação no Brasil desde a Constituição do Império, que dispunha nos arts. 161 e 162 que “nenhum processo pudesse ter princípio, sem que primeiro se tivessem intentado os meios de reconciliação”<sup>52</sup>. Ela é definida por Bacellar como um processo técnico, desenvolvido pelo método consensual, na forma autocompositiva, em que um terceiro imparcial auxilia as partes, após ouvi-las, com perguntas, propostas e sugestões, para encontrar soluções que possam atender aos seus interesses, materializando-as em um acordo, que conduz à extinção do processo judicial<sup>53</sup>.

---

<sup>50</sup> BACELLAR, 2012, p. 68-69.

<sup>51</sup> BACELLAR, *ibid.*, p. 80-81.

<sup>52</sup> BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>. Acesso em 18 de março de 2021.

<sup>53</sup> BACELLAR, 2012, p. 83-84.

Para Vasconcellos, a mediação é o método de solução de conflitos interpessoais em que os mediandos utilizam de um terceiro mediador, com a aptidão para conduzir o processo, facilitando o diálogo entre os envolvidos. Cabe ao mediador colaborar com os mediandos para que estes, através de uma comunicação construtiva, possam identificar seus interesses e necessidades comuns<sup>54</sup>.

Ela tem como pressuposto a relativização da dicotomia certo/errado que funda o sistema legal, de modo que o futuro da relação em questão é mais importante do que a visão retrospectiva dos fatos conflitivos. Isto é, o debate que aponta quem deixou de cumprir algo ocupa pouco espaço, focando-se, assim, em uma solução futura<sup>55</sup>. Assim, utiliza uma abordagem construtiva, já que uma pessoa isenta e capacitada contribui na comunicação entre os envolvidos, possibilitando que estes tomem posturas protagonistas na abordagem da controvérsia<sup>56</sup>.

A distinção entre mediação e conciliação está contida no artigo 165, §§ 2º e 3º, do CPC. Elas são recomendadas a partir da existência de vínculo prévio entre as partes ou não, sendo a mediação indicada para casos em que os envolvidos possuam o vínculo prévio e a conciliação em casos de ausência deste vínculo.

Apesar de, conforme supracitado, se bem realizada, a mediação ter a função educativa para com as partes, isso abre brechas para o surgimento de outros problemas, dentre eles a capacitação do profissional, necessidade da promoção da advocacia colaborativa e exploração de etapas como a da pré-mediação (constante no método de Harvard) e modalidades que se adequem às necessidades das partes também são interessantes de serem explorados, a fim de se buscar um sistema que satisfaça adequadamente às demandas.

A Arbitragem está prevista em leis e convenções internacionais, notadamente na Convenção de Nova York, de 1958. No Brasil, é regulamentada pela Lei 9.307/1996, com alterações introduzidas pela Lei 13.129/2015. Vasconcelos a descreve como um instituto com duas naturezas jurídicas que se complementam, a contratual e jurisdicional.

Esse instituto do Direito pressupõe a autonomia das partes por meio de uma convenção de arbitragem, uma cláusula contratual denominada “compromissória” ou

---

<sup>54</sup> VASCONCELOS, 2018, p. 59.

<sup>55</sup> TARTUCE, 2018, p. 99.

<sup>56</sup> TARTUCE, *ibid.*, p. 204.



“compromisso arbitral”, a primeira firmada antes do surgimento de qualquer conflito e a segunda quando, a partir do surgimento do conflito, as partes de comum acordo decidem solucioná-lo através da arbitragem. Firmada a convenção de arbitragem, as partes ficam irrevogavelmente vinculadas à jurisdição arbitral, subtraindo-se o poder jurisdicional do juiz estatal que seria competente para apreciar a matéria<sup>57</sup>.

Silveira expõe que, não obstante esse meio de resolução seja utilizado por um nicho bastante pontual e específico do sistema econômico brasileiro, atendendo negócios envolvendo quantias consideráveis, por envolver causas tecnicamente muito complexas, ele tem um grande potencial na dinâmica das organizações judiciais. Isso ocorre em razão de que estas causas tumultuam os trabalhos na unidade judiciária e demandam um tempo muito grande se comparadas a outros processos. Contudo, não há de se ignorar também que o caráter elitizado da solução arbitral e das câmaras arbitrais do País constituem uma barreira para que este meio se torne uma contribuição mais significativa na concretização do acesso à justiça<sup>58</sup>.

Por fim, Vasconcelos define a negociação como o planejamento, execução e monitoramento da solução de disputas ou trocas de interesses, sem que exista a interferência de terceiros. Contudo, nem sempre é possível a resolução de uma disputa a partir da negociação direta com a outra pessoa envolvida, caso em que se torna necessária a intervenção de um terceiro<sup>59</sup>.

Embora a negociação usualmente seja realizada em um momento em que ainda não foi iniciado o processo, nota-se que é vantajosa a melhoria na comunicação para que a habilidade possa ser utilizada em casos posteriores e semelhantes.

Nesse sentido, por vezes, quando não é possível a resolução da questão entre os interessados, o envolvimento de um terceiro imparcial para facilitar a comunicação é uma prática que tem resultados positivos e mais satisfatórios, visto que não se restringe apenas à “lide”.

Nos meios consensuais de solução de conflitos, um terceiro imparcial facilita a comunicação entre os envolvidos, para que eles possam, a partir da percepção amplificada dos pormenores da situação controvertida, chegarem a soluções para os

---

<sup>57</sup> VASCONCELOS, 2018, p. 62.

<sup>58</sup> SILVEIRA, Ricardo Geraldo Rezende. Acesso à justiça: o direito fundamental em um ambiente de recursos escassos. São Paulo: Almedina, 2020, p. 170.

<sup>59</sup> VASCONCELOS, op. cit., p. 59.

impasses. Por se tratar de método autocompositivo, não conta com a decisão de um terceiro não envolvido na relação<sup>60</sup>.

A mediação e a conciliação constituem importantes instrumentos de pacificação social, já que promovem a autocomposição das partes que, ao final, podem chegar à conclusão de que é possível a solução de conflitos entre os envolvidos. Dessa forma, elas possuem um elemento educativo<sup>61</sup>:

Embora a mediação e conciliação contribuam para a diminuição de demandas judiciais ou aceleração dos processos, deve-se buscar enxergar que, com a criação de tais institutos e de forma expressa inseridos no CPC, acabam por incentivar a participação do indivíduo na elaboração da norma jurídica que regulará especificamente o seu caso, respeitando o autorregramento e a liberdade das partes<sup>62</sup>.

Esses métodos estão inseridos no acesso à justiça que deve atingir segmentos cada vez mais extensos da população, sendo uma das principais e básicas características da democracia, a ser acrescentada como dimensão social ao Estado de Direito. Os métodos consensuais inclinam-se a uma visão mais apropriada do direito moderno, estando mais próximos à complexidade das relações da sociedade atual, e distante da concepção puramente dogmática e abstrata da aplicação da lei<sup>63</sup>.

O que se vislumbra em nosso ordenamento é que as ondas se propagam e irradiam sem que a primeira perca força para a segunda, ou a segunda para a terceira, e assim em diante, de modo que não podem ser percebidas como sendo uma sucessiva à outra. Luchiari cita o exemplo do microssistema dos Juizados Especiais, em que se contemplam elementos atinentes à primeira onda, isto é, acesso aos hipossuficientes, bem como relativos à terceira onda, como a informalidade e simplificação<sup>64</sup>.

---

<sup>60</sup> TARTUCE, 2018, p. 203.

<sup>61</sup> SILVA, Paulo. E. A., "Solução de controvérsias: métodos adequados para resultados possíveis e métodos possíveis para resultados adequados", in: Salles, Lorencini e Silva (coord.). Negociação, Mediação e Arbitragem. São Paulo: Gen Método, 2013, p. 83.

<sup>62</sup> SILVA, Patrícia Francisco da. O instituto da mediação e da conciliação sob a perspectiva do Novo Código de Processo Civil. Revista Esmat, , ano 9, n. 19, pp. 75-86, jan a jun/2017. Disponível em: < [http://esmat.tjto.jus.br/publicacoes/index.php/revista\\_esmat/article/view/139/142](http://esmat.tjto.jus.br/publicacoes/index.php/revista_esmat/article/view/139/142) > Acesso em 19 de março de 2021, p. 83.

<sup>63</sup> ZANETI JR e CABRAL, 2016, p. 487.

<sup>64</sup> LUCHIARI, 2012, p. 60.

Embora a preocupação e a descrença dos profissionais que atuam dentro da atual sistemática sejam justificadas, por se tratar de medidas recentes que necessitam de ajustes variados, a perspectiva de mudança paradigmática, dentro das expectativas da nova onda, se mostra promissora.

Desse modo, Zaneti Jr. e Cabral defendem que, a partir dos movimentos de acesso à justiça, com a integração de mecanismos não adversariais e extrajudiciais de solução de conflitos, se obtém o sentido de justiça contemporâneo, contemplando de modo mais amplo a possibilidade de atendimento às demandas da sociedade:

A mudança do paradigma da mera adequação dos fatos à lei para o novo paradigma da busca pela solução efetiva e a tempo razoável exigirá o comprometimento principalmente dos profissionais do direito e uma persistente disposição da sociedade em alcançar um modo mais adequado de tratamento e solução de seus conflitos, seguro de que o Judiciário, como uma cláusula de reserva, permanecerá disponível para a última palavra sobre o direito<sup>65</sup>.

A implementação dos métodos consensuais, importa, assim, na mudança de paradigma, o da busca pela solução efetiva e a tempo razoável. Ela também traz consequências na forma como as pessoas percebem o conflito, olhando para o seu viés construtivo e seu potencial de modificação e crescimento dentro das relações, o que pode ser aprendido através dos métodos consensuais.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No momento em que nos encontramos, poucos anos após a implementação da tentativa de solução de conflitos através da obrigatoriedade da audiência de conciliação ou mediação como etapa do processo civil, embora isso represente mudanças significativas dentro da quinta onda de acesso à justiça, não se pode dizer que esses meios já são vistos como alternativa mais adequada à decisão adjudicada.

Por se tratar de um método consolidado por anos, a decisão judicial ainda faz parte da mentalidade forjada nas academias e fortalecida na práxis forense. Nota-se

---

<sup>65</sup> ZANETI JR. e CABRAL, 2016, p. 506.

inclusive, certo preconceito contra esses métodos, por utilizarem uma linguagem distinta ao que comumente se utiliza dentro do Direito.

Ao trabalhar emoções, sentimentos e levar em consideração fatores que não os que estão “nos autos”, traz-se uma percepção menos nobre para a atividade de conciliação/mediação. Contudo, a própria função da justiça é a de pacificar os conflitantes, sendo que a solução do conflito deve ser vista como consequência desta pacificação.

Para além de diminuir o número de demandas e conferir celeridade ao judiciário como um todo, muitas são as especulações acerca de um futuro do judiciário diferente, em que passamos da cultura demandista para a cultura de pacificação social, tendo em vista que os métodos consensuais adotados no novo CPC promovem uma percepção diferenciada do conflito, com enfoque prospectivo, além de trazer mudanças qualitativas para a prestação jurisdicional e promover a melhoria da comunicação entre as partes.

Conforme abordado no trabalho, as ondas de acesso à justiça não são consecutivas. Elas ocorrem concomitantemente, somando-se uma a outra. Desse modo, deve-se cuidar para que o sistema não se retroalimente, isto é, a própria descrença nos métodos, por parte dos operadores do Direito, em virtude de não apresentarem um resultado quantitativo de pronto, não levarem a dificuldades e atraso em sua completa adesão.

Assim, a partir da análise e do avanço conferido às ondas de acesso à justiça, percebe-se que notadamente a terceira e a quinta onda foram pensadas a partir das consequências advindas das duas primeiras. Por se tratar de mudanças estruturais e que pretendem modificar a forma como as pessoas utilizam e percebem o Poder Judiciário, nota-se que ainda há um longo caminho pela frente. Contudo, não se deve deixar de lado que, embora o percurso possa ser desgastante, já que pensar um novo paradigma exige certo esforço, ela pretende trazer consigo mudanças substanciais na forma como entendemos o Direito, os conflitos e as relações pessoais.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. C.. *Métodos Autocompositivos de Resolução de Conflitos Familiares: A Experiência do Núcleo de Conciliação das Varas de Família e Sucessões de Curitiba*. E-parana judiciário - Revista Eletrônica do Tribunal de Justiça , v. 5, p. 78-89, 2018.

AZEVEDO, André Gomma de. *Novos desafios de acesso à justiça: novas perspectivas decorrentes de novos processos de resolução de disputas*. In: SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da (org.). *Mediação de Conflitos*. São Paulo: Atlas, 2013.

BACELLAR, Roberto Portugal. *Mediação e arbitragem*. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Azevedo, André Gomma de (org.). *Manual de mediação judicial*. Brasília: CNJ, 2015.

BRASIL. Código de Processo Civil (2015). Brasília, DF, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)> Acesso em 18 de março de 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Relatório Analítico Propositivo: Justiça Pesquisa - Mediação e Conciliação Avaliadas Empiricamente*. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/d0da6f63aa19de6908bd154f59254b93.pdf>>. Acesso em 18 de março de 2021.

BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>. Acesso em 18 de março de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em 18 de março de 2021.

BRASIL. Lei da Mediação (2015). Brasília, DF, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm)> Acesso em 18 de março de 2021.

BRASIL. Resolução nº 05 de 17/12/2018. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. MEC, CNE e Câmara de Educação Superior: Brasília, DF, 2018.

CAPPELLETTI, Mauro. *Os métodos alternativos de solução de conflitos no quadro do movimento universal de acesso à justiça*. Revista de Processo, n. 74, abr-jun./1994.

CAPPELLETTI, Mauro, GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CENI, Caroline Isabela Capelesso. MARTINS, Janete Rosa. *Mediação em Luis Alberto Warat: Humanização dos Conflitos no Estado Democrático de Direito*. Scientia Iuris, Londrina, v.23, n.3, p. 146-161, nov. 2019.

LUCENA FILHO, Humberto Lima de. *A cultura da litigância e o poder judiciário: noções sobre as práticas demandistas a partir da justiça brasileira*. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=84117275be999ff5>>. Acesso em 18 de março de 2021.

LUCHIARI, Valeria Ferioli Lagrasta. *Mediação judicial: análise da realidade brasileira: origem e evolução até a Resolução n. 125, do Conselho Nacional de Justiça*. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme. *A legitimidade da atuação do juiz a partir do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva*. Revista de Doutrina da 4ª Região, Porto

Alegre, n.15, novembro de 2006. Disponível em:  
 <[https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao015/Luiz\\_Marinoni.htm](https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao015/Luiz_Marinoni.htm)>  
 Acesso em 12 de abril de 2021.

NUNES, Dierle; SILVA, Natanael Lud Santos; JÚNIOR, Walsir Edson Rodrigues; OLIVEIRA, Moisés Mileib de. *Novo CPC, Lei de Mediação e os Meios Integrados de Solução dos Conflitos Familiares Por um Modelo Multiportas*. In: ZANETI JR, Hermes e CABRAL, Trícia Navarro Xavier (org.). *Justiça Multiportas: mediação, conciliação, arbitragem e outros meios de solução adequada para conflitos*. Salvador: Juspodivm, 2016.

ORSINI, Adriana Goulart Sena; COSTA, Anelice Teixeira. *Educação para o acesso à justiça: a transformação dos paradigmas de solução de conflitos*. Revista da Faculdade de Direito da Ufmg, Belo Horizonte, n. 69, p. 23-43, jul/dez, 2016.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. *Manual de Mediação e Arbitragem*. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

ROCHA, Felipe Borring. *Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2019.

RODAS, João Grandino; SOUZA, Aline Anhezini de; POLONI, Juliana; SILVA, Guilherme Bertipaglia Leite da; DIAS, Eduardo Machado (coord). *Visão multidisciplinar das soluções de conflitos no Brasil*. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. *Negociação, mediação, conciliação e arbitragem: curso de métodos adequados de solução de controvérsias*. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

SANTOS, Marcos André Couto. *O Direito como meio de pacificação social: em busca do equilíbrio das relações sociais*. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 194, 16 jan. 2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/4732>> Acesso em 18 de março de 2021.

SILVA, Paulo. E. A. *Solução de controvérsias: métodos adequados para resultados possíveis e métodos possíveis para resultados adequados*. In: Salles, Lorencini e Silva (coord.). *Negociação, Mediação e Arbitragem*. São Paulo: Gen Método, 2013.

SILVA, Patrícia Francisco da. *O instituto da mediação e da conciliação sob a perspectiva do Novo Código de Processo Civil*. Revista Esmat, Tocantins, ano 9, n. 19, pp. 75-86, jan a jun/2017. Disponível em: <[http://esmat.tjto.jus.br/publicacoes/index.php/revista\\_esmat/article/view/139/142](http://esmat.tjto.jus.br/publicacoes/index.php/revista_esmat/article/view/139/142)> Acesso em 19 de março de 2021.

SILVEIRA, Ricardo Geraldo Rezende. *Acesso à justiça: o direito fundamental em um ambiente de recursos escassos*. São Paulo: Almedina, 2020.

TARTUCE, Fernanda. *Mediação nos conflitos civis*. São Paulo: Gen Método, 2018.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. *Mediação de conflitos e práticas restaurativas*. São Paulo: Gen Método, 2018.

VEZZULA, Juan Carlos. *A mediação para uma análise da abordagem dos conflitos à luz dos direitos humanos, o acesso à justiça e o respeito à dignidade humana*. In: SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da (org.). *Mediação de Conflitos*. São Paulo: Atlas, 2013.

WARAT, Luis Alberto. *Educação, direitos humanos, cidadania e exclusão social: Fundamentos preliminares para uma tentativa de refundação, 2003*. Disponível em: <[http://dhnet.org.br/educar/textos/warat\\_edh\\_educacao\\_direitos\\_humanos.pdf](http://dhnet.org.br/educar/textos/warat_edh_educacao_direitos_humanos.pdf)> Acesso em 18 de março de 2021.

WARAT, Luis Alberto. *A fantasia jurídica da igualdade: Democracia e direitos humanos numa pragmática da singularidade*. Revista UFSC, v. 13, n.º 24, p. 36-54, set/1992. Disponível em: <<https://antigo.periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/16138/14691>> Acesso em 18 de março de 2021.